

CORREGEDORIA NA JUSTIÇA ESTADUAL: procedimentos disciplinares dos servidores dos cartórios judiciais

LUIS FELIPE SALOMÃO*

Juiz de direito ex-auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro e Professor universitário

Sumário:

10.1 Introdução – 10.2 Conceito de agentes públicos – 10.3 Os servidores públicos – 10.4 Direitos e deveres dos servidores públicos – 10.5 Servidores públicos da justiça: 10.5.1 Conceito; 10.5.2 Responsabilidade civil do servidor público da justiça; 10.5.3 Responsabilidade penal do servidor público da justiça; 10.5.4 Responsabilidade administrativa do servidor da justiça – 10.6 Meios sumários de punição e processo administrativo disciplinar – 10.7 Jurisprudência selecionada – Bibliografia.

10.1 Introdução

Pretende-se apresentar um exame sobre as diversas circunstâncias que envolvem os procedimentos disciplinares dos servidores da justiça, marcadamente os que laboram na atividade judicial.

A visão será precedida de breve análise teórica sobre os conceitos básicos que disciplinam a atuação dos agentes públicos, em especial do ponto de vista constitucional.

Depois serão observadas as nuances específicas relativas aos servidores dos cartórios judiciais e, por fim, um estudo sobre a

jurisprudência e uma abordagem prática da matéria de procedimentos disciplinares.

10.2 Conceito de agentes públicos

A Constituição Federal de 1988 abriu uma seção (II), dentro do capítulo VII que trata da Administração Pública, para cuidar dos servidores públicos (arts. 39 a 41).

Todo aquele que atua para o Poder Público, como sujeito de suas ações, é denominado de agente público. Gênero do qual os funcionários públicos são espécies, pois são também agentes públicos: presidente da república, governador, prefeitos, parlamentares, magistrados, presidentes e diretores de empresas públicas, os titulares dos serviços notariais, o conciliador que atua nos Juizados Especiais, o cidadão convocado para comandar unidade militar em tempo de guerra, apenas para citar alguns exemplos.

São agentes públicos, pois, os agentes políticos, os servidores públicos e os particulares em atuação de colaboração com o Poder Público.

10.3 Os servidores públicos

Entre as espécies de agentes públicos (agentes políticos, particulares que colaboram com o Poder Público e servidores públicos) estes últimos são os que mais despertam interesse para o estudo que ora se desenvolve.

São servidores públicos os que mantêm com o Poder Público (administração direta ou indireta) relação de trabalho, de natureza profissional e não eventual, sob vínculo de dependência.

São os seguintes os tipos (espécies) de servidores públicos:

(a) servidores públicos civis (só existem na administração direta, nas autarquias e fundações públicas). Entre eles se compreendem atualmente os:

(a1) funcionários públicos, isto é, titulares de cargo, sob regime estatutário;

(a2) servidores de autarquias, também titulares de cargo e sob regime estatutário, similar ao do funcionário;

(a3) empregados, ou seja, contratados pela legislação trabalhista (pela administração direta, autarquias e fundações públicas);

(b) contratados, a teor do art. 37, IX, da Constituição, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e por tempo determinado.

(c) servidores de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações governamentais não caracterizáveis como fundações públicas, todos sob regime trabalhista¹.

Do ponto de vista da conceituação legal, o art. 2º da Lei 8.112/90 dispõe que: "Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público"².

10.4 Direitos e deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão estabelecidos na Constituição Federal (arts. 37 a 42), nas Constituições Estaduais e também nas leis (federais, estaduais e municipais) sobre o assunto.

Estão entre os direitos, apenas à guisa de exemplo: férias, licença, remuneração, vantagens pecuniárias, aposentadoria.

¹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta*. 2. ed., p. 13.

² Segundo Hely Lopes Meirelles, *Direito administrativo brasileiro*, 22. ed., p. 366, "cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei. Função é a atribuição ou o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional ou comete individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais".

Os deveres, também a título meramente exemplificativo, são: assiduidade, pontualidade, discrição, urbanidade, cumprimento das obrigações legais, lealdade, subordinação.

Em decorrência do exercício do cargo, emprego ou função, o servidor tem responsabilidade civil, penal e administrativa.

10.5 Servidores públicos da justiça

10.5.1 Conceito

Os servidores da justiça, quando pagos, total ou parcialmente, pelos cofres públicos, são funcionários públicos.

Quando a escrivania de justiça não é oficializada ou quando se trata de serviço delegado (Lei 8.935/94), os titulares e empregados não são funcionários públicos nem se deve considerar a eles assimilados.

São empregados do titular ou delegatário, e o vínculo trabalhista porventura existente é com eles estabelecidos.

Os servidores da justiça podem atuar nas diversas esferas da jurisdição (primeiro e segundo grau) e nas variadas justiças (federal, militar federal, trabalhista, eleitoral, estadual), sempre na esfera judicial³.

Em regra geral, os que trabalham em serviços auxiliares da justiça são ocupantes de cargos e selecionados por concurso público pelos respectivos tribunais⁴.

Mas, ainda que não ocupante de cargo com regime estatutário, se se tratar de empregado público (sob regência da CLT) ou de função pública, havendo vínculo com o Poder Público e atuação junto

³ Como já mencionado, os que exercem atividade extrajudicial, após o advento da Lei 8.935/94, não são servidores da justiça e não estão a eles equiparados.

⁴ Art. 96, I, e da CF.

aos quadros do Poder Judiciário, será considerado servidor da justiça para os efeitos legais⁵.

O art. 41 da CF prevê que o funcionário público (investido no cargo)⁶, após dois anos de exercício, tem garantida a estabilidade.

Vale dizer, há a permanência no serviço público assegurada, somente podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

O benefício atinge apenas o servidor que ingressar por concurso, e durante os dois anos diz-se que o funcionário está em "estágio probatório" – que busca examinar quanto à aptidão e condições para o exercício do cargo. Não demonstrada a adequação, cabe a exoneração *ex officio*, assegurando ao interessado o direito de defesa⁷.

10.5.2 Responsabilidade civil do servidor público da justiça

O servidor da justiça responde civilmente pelos danos que possa causar ao Estado ou a terceiro, quando no exercício do cargo, emprego ou função.

Em relação a terceiros, a responsabilidade do Estado é objetiva (art. 37, § 6º, da CF), ficando com direito de regresso contra o servidor que causou o dano, quando há ação (ou omissão) com dolo ou culpa⁸.

⁵ Para uma maior distinção entre cargo, emprego e função ver: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 3. ed., p. 308.

⁶ E, portanto, excluído o servidor admitido ou contratado para o desempenho de emprego ou função.

⁷ Súmula 21 do STF: "Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade".

⁸ Nesse caso, já está pacificado que não cabe a denúncia à lide do servidor, quando a ação é movida pelo terceiro em face do Estado. E que, naquela hipótese, a responsabilidade é objetiva, sendo que, em face do servidor deverá ser proposta eventual ação regressiva para provar o dolo ou culpa (art. 37, § 6º, da CF).

No que diz respeito à indenização ao Estado por danos causados pelos servidores da justiça, normalmente a responsabilidade é apurada pela própria Administração, por meio de processo administrativo com todas as garantias de defesa do servidor.

As leis estatutárias que regem a vida do funcionário, normalmente prevêem procedimentos apuratórios e permitem o desconto em folha de pagamento, até o montante necessário ao ressarcimento dos prejuízos⁹. No entanto, se o servidor for regido pela CLT não caberá tal desconto - salvo se houver expressa autorização¹⁰.

Poderá, inclusive, haver seqüestro e perda de bens, em caso de crime que resulte prejuízo para a Fazenda Pública¹¹.

No caso específico do servidor da justiça, há o dispositivo do art. 144 do CPC:

O escrivão e o oficial de justiça são civilmente responsáveis:
I – quando, sem justo motivo, se recusarem a cumprir, dentro do prazo, os atos que lhes impõe a lei, ou os que o juiz, a que estão subordinados, lhes comete; II – quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa.

O magistério do insigne Sergio Cavalieri Filho¹² é bastante elucidativo:

No que respeita aos danos causados pela atividade judiciária, aqui compreendidos os casos de denegação da justiça pelo juiz, negligência no exercício da atividade, falta do serviço judiciário, desídia dos serventuários, mazelas do aparelho policial, é cabível a responsabilidade do Estado amplamente com base no art. 37, § 6º da Constituição ou na culpa anônima (falta do serviço), pois trata-se, agora sim, de atividade administrativa realizada pelo Poder Judiciário".

10.5.3 Responsabilidade penal do servidor público da justiça

⁹ É o que a doutrina chama de auto-executoriedade dos atos administrativos e não fica afastada, de qualquer modo, a via judicial para controle de abusos.

¹⁰ Art. 462, § 1º, da CLT.

¹¹ Dec.-lei 3.240/41 e Lei 8.429/92.

¹² CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 2. ed., p. 187.

A responsabilidade criminal do servidor é apurada pelo Judiciário, e pode resultar de crime ou contravenção. Se preso (preventiva ou definitivamente), normalmente a lei estatutária prevê perda de parte dos vencimentos, isso se não resultar a condenação em perda do cargo (art. 92, I, do CP)¹³.

O Código Penal tratou dos crimes que o funcionário público (melhor dizendo, agente público)¹⁴ pode praticar contra a Administração Pública em geral (arts. 312 a 327) e, nos arts. 338 a 359, dos crimes contra a Administração da Justiça (praticados por qualquer pessoa). Há, ainda, inúmeros crimes previstos em legislações específicas.

10.5.4 Responsabilidade administrativa do servidor da justiça

A responsabilidade administrativa do servidor público, em geral, é apurada pela própria Administração, se observada a existência de qualquer ilícito administrativo definido na legislação estatutária, mediante procedimento adequado a esse fim, com o resguardo aos princípios constitucionais do funcionário¹⁵.

¹³ O art. 92 do CP indica efeitos da condenação criminal que dependem de declaração judicial (não são automáticos), desde que preenchidos os requisitos objetivos da lei. No caso de perda do cargo ou função pública, o crime deve ter sido praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração e a pena aplicada for superior a quatro anos. O crime, necessariamente, deve ter sido praticado no exercício da função (RT 572/297).

¹⁴ Conceito amplo do art. 327 do CP.

¹⁵ É Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*op. cit.*, p. 336-337), que ensina: "Os meios de apuração previstos nas leis estatutárias são os sumários, compreendendo a verdade sabida e a sindicância, e o *processo administrativo disciplinar*, impropriamente denominado inquérito administrativo. Comprovada a infração, o servidor fica sujeito a penas disciplinares. Na esfera federal, a Lei 8.112/90 prevê, no art. 127, as penas de advertência, destituição de cargo em comissão, destituição de função comissionada, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria; e define, nos artigos subsequentes, as hipóteses de cabimento de cada uma delas. Não há, com relação ao ilícito administrativo, a mesma tipicidade que caracteriza o ilícito penal; a maior parte das infrações não é definida com precisão, limitando-se a lei, em regra, a falar em falta de cumprimento dos deveres, falta de exatidão no cumprimento do dever, insubordinação grave, procedimento irregular, incontinência pública; poucas são as infrações definidas, como o abandono de cargo ou os ilícitos que correspondem a crimes ou contravenções. Isto significa que a Administração dispõe de discricionariedade no enquadramento da falta dentre os ilícitos previstos na lei, o que ainda mais se amplia pelo fato de a lei (art. 128 da Lei federal e 256 do Estatuto paulista) determinar que na aplicação das penas disciplinares serão

Buscando um posicionamento seguro na questão, pode-se afirmar que repercutem na esfera administrativa, as decisões absolutórias na esfera criminal baseadas nos incisos (I e V) do art. 386, do CPP¹⁶. Não repercutem no campo administrativo as hipóteses dos incisos II, III, IV e VI.

Em relação às decisões da esfera cível, não há implicações mais estreitas – tampouco repercussões no campo administrativo – quanto ao servidor da justiça.

10.6 Meios sumários de punição e processo administrativo disciplinar

A responsabilidade administrativa do servidor é apurada por intermédio dos meios sumários (verdade sabida¹⁷ ou sindicância) ou ainda o processo administrativo disciplinar, variando conforme a gravidade da infração e a possível penalidade a ser aplicada¹⁸.

No tocante à pena mais grave (de demissão), a Constituição Federal dispõe que, em relação aos funcionários vitalícios, o único meio é o processo judicial (art. 95, I); para os estáveis deve haver o processo

consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público. É precisamente essa discricionariedade que exige a precisa *motivação* da penalidade imposta, para demonstrar a adequação entre a infração e a pena escolhida e impedir o arbítrio da Administração".

¹⁶ Art. 386: "O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: I – estar provada a inexistência do fato; II – não haver prova da existência do fato; III – não constituir o fato infração penal; IV – não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal; V – existir circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena (arts. 17, 18, 19, 22 e 24, § 1º, do Código Penal); VI – não existir prova suficiente para a condenação".

¹⁷ A verdade sabida é o conhecimento direto e pessoal da falta pela autoridade, com aplicação imediata da sanção. Diante da regra do art. 5º, LV, da CF, não cabe mais sua aplicação, pois é necessário o contraditório e a ampla defesa.

¹⁸ No Estado do Rio de Janeiro, as atividades administrativas da Corregedoria Geral da Justiça foram desconcentradas em núcleos regionais (os denominados NURCs – Núcleo Regional da Corregedoria), cada um contando com um juiz dirigente, aluando como delegada do corregedor na região. Recentemente, por força do Ato Executivo Conjunto 12/2001, o presidente do TJ, Desembargador Marcus Faver e o Corregedor – Geral da Justiça, Desembargador Paulo Gomes da Silva Filho, desdobraram os NURCs, hoje em número de onze, que possuem também atividades delegadas da presidência do TJ (obras e serviços de engenharia e de manutenção de computadores; material de escritório para reposição; entre outros).

administrativo disciplinar (art. 41, § 1º); e, se for servidor em estágio probatório, bastará a sindicância, mas, sempre e sempre, possibilitando a ampla defesa.

Processo administrativo é o conjunto de atos administrativos, ordenados e em seqüência, de modo à obtenção de uma decisão de uma controvérsia no âmbito administrativo.

Na vigência da Constituição anterior, havia previsão para o contencioso administrativo (art. 111)¹⁹. Atualmente, nosso sistema jurídico veda expressamente o contencioso administrativo e determina que, nenhuma questão, lesão ou ameaça a direito pode ser subtraída da apreciação do Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF)²⁰.

Os princípios gerais do processo administrativo são: legalidade (processo baseado na lei); publicidade (acesso público ao processo); oficialidade (a Administração cuida do processo), informalismo (dispensa de ritos e formalidades); verdade material (liberdade na colheita de prova) e o da garantia de defesa (contraditório e devido processo legal) – art. 5º, LIV, da CF.

As fases do processo, consoante dispõe a maioria da doutrina, compreendem: instauração (apresentação escrita dos fatos); instrução (elucidação da questão); defesa; relatório (síntese do que foi apurado); e julgamento (decisão do órgão competente)²¹.

O processo administrativo disciplinar é uma das espécies do gênero.

Os processos administrativos disciplinares (vulgar e erroneamente denominados inquéritos) são os procedimentos instaurados

¹⁹ Alguns países (v.g. França) mantêm sistema de jurisdição dualista: jurisdicional e administrativa.

²⁰ Apenas as questões da justiça desportiva obedecem à regra prévia de deliberação administrativa, antes da demanda judicial (art. 217, § 1º, da CF).

²¹ A sindicância é meio sumário de investigação, sem ritos ou formas especiais.

para apuração de faltas de maior gravidade, normalmente precedidos da respectiva sindicância²²⁻²³. Para instauração do procedimento disciplinar há necessidade prévia de sindicância, excetuando-se três hipóteses: haver denúncia do MP; prisão em flagrante; abandono de cargo (art. 92, inc. III, do CNCGJ)²⁴.

Sujeitam-se à fiscalização da Corregedoria Geral da justiça todos os serventuários, estatutários e contratados, lotados nas serventias judiciais²⁵.

O processo administrativo é iniciado pela portaria essencial à legalidade, onde deverá constar o nome do servidor, a infração de que é acusado com descrição dos fatos (ainda que sumária)²⁶.

²² No Rio de Janeiro, os PADS são processados na CPPD - Comissão Permanente de Procedimento Disciplinar, Comissão esta composta por um juiz-presidente e integrada por dois serventuários designados pelo corregedor-geral da justiça.

²³ A sindicância é meio sumário de investigação, sem ritos ou formas especiais.

²⁴ A Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (RJ) é uma condensação das regras e provimentos atinentes à primeira instância. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Corregedoria; função correicional; atos da vida funcional dos servidores da justiça (direitos e deveres); organização das serventias; custas e emolumentos e, por fim, regras sobre os serviços judiciais e extrajudiciais.

²⁵ Estatisticamente, nos últimos dois anos (1999-2000), na Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro, tem-se a média de oitenta e quatro processos por ano, ou seja, no período referido, foram instaurados 168 procedimentos envolvendo serventuários. Desse total, destacam-se procedimentos envolvendo OJAs (Oficiais de Justiça Avaliadores) e serventias extrajudiciais (contratados pelos titulares) que, juntos, respondem por 75% dos inquéritos instaurados, sendo 50% das serventias extrajudiciais e 25% dos OJAs. Aos oficiais de justiça avaliadores a principal falta atribuída refere-se ao retardamento no cumprimento dos mandados e certidões falsas, envolvendo, inclusive, intimação pessoal de alguém falecido há mais de cinco anos. Nas serventias extrajudiciais, a maioria das reclamações são contra cobrança excessiva de custas e emolumentos, falsificação de documento e reconhecimento irregular de firmas. No caso dos extrajudiciais, com o advento da Lei 8.935/94 e a difusão dos contratos de trabalho pelo regime da CLT, entendeu-se que a Corregedoria não deveria apurar as faltas de tais servidores, mas tão-somente a responsabilidade dos delegatários de tais serviços, pois os mesmos, pelo regime de trabalho, não estariam sob a julgo da Administração Pública e sim subordinados aos respectivos delegatários. Sob o assunto pronunciou-se o E. Conselho da Magistratura (Processo 54.294/91) estabelecendo no v. acórdão que "quem tem o poder para fiscalizar, tem que ter o poder para punir", determinando que a Corregedoria deveria proceder a apuração das faltas pelos mesmos cometidas. No mesmo período foram propostas vinte e sete penalidades de demissão, sendo catorze de serventias extrajudiciais e treze de serventias judiciais.

²⁶ Sob pena de nulidade (STJ, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, ROMS 7186/Goiás, 1996, *DJ* 19.05.1997, p. 20.650).

A Comissão, ao elaborar a portaria, verificando que o fato é também criminoso, remeterá cópia à autoridade policial e ao Ministério Público para as providências pertinentes.

Poderá haver participação de advogado indicado pelo servidor, mas não parece necessária a nomeação de defensor *ad hoc*, se não houver sido constituído pelo interessado.

De todo modo, sublinhe-se que o princípio do contraditório é sempre observado: o servidor deve ser citado antes da instauração e receberá cópia da portaria para se defender; há espaço para razões escritas; pode acompanhar a colheita da prova pessoalmente e/ou por seu defensor, entre outras providências atinentes ao devido processo legal.

Concluída a instrução, a Comissão apresenta o relatório (peça opinativa), com sugestão de penalidade à autoridade julgadora. Esta, de qualquer modo (acolhendo ou não a proposta da Comissão), deverá motivar a conclusão alcançada, aplicando a penalidade adequada ou absolvendo.

Desta decisão, normalmente caberá pedido de reconsideração²⁷ e recurso hierárquico²⁸, dependendo do que prevê a legislação estatutária.

Em relação aos servidores judiciais, pode-se mencionar os casos de maior incidência de processos administrativos disciplinares: valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal; dedicar-se nos locais de trabalho à tarefa estranha; falta de urbanidade; insubordinação; ineficiência comprovada (habitualidade); desídia; retirar, modificar ou

²⁷ Endereçado ao corregedor-geral da justiça.

²⁸ Dirigindo ao Conselho da Magistratura ou Órgão Especial do TJ, conforme o caso.

substituir livro ou documento de órgão (modelos de portarias em anexo)²⁹.

10.7 Jurisprudência selecionada

• CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. LEI 8.112/90. SINDICÂNCIA: NÃO INSTAURAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR JULGADO COM EXCESSO DE PRAZO: INOCORRÊNCIA DE NULIDADE.

I. Processo administrativo disciplinar conduzido por comissão regularmente constituída (Lei 8.112/90, art. 149). Portaria publicada no Boletim Interno: regularidade (Lei 8.112/90, art. 151, I). II. Sindicância e procedimento administrativo disciplinar: distinção, certo que aquela é, de regra, medida preparatória deste (Lei 8.112/90, arts. 143, 145, 154). Desnecessidade da instauração da sindicância, se já está confirmada a ocorrência de irregularidade no serviço público e o seu autor (Lei 8.112/90, arts. 143 e 144). III. Procedimento administrativo disciplinar julgado com excesso de prazo (Lei 8.112/90, art. 152). Inocorrência de vício nulificador do procedimento (Lei 8.112/90, art. 169, § 1º). IV. Inocorrência do alegado cerceamento de defesa, dado que aos acusados, ao contrário do alegado, foi assegurada ampla defesa. V. Mandado de segurança indeferido (MS-22055/RS – rel. Min. Carlos Velloso – *DJ* 18.10.1996, p. 39.848 – j. 20.06.1996 - Tribunal Pleno).

• ADMINISTRATIVO. PENA DE SUSPENSÃO – *REFORMATIO IN PEJUS*. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. NÃO SE APLICA AO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR A VEDAÇÃO DA *REFORMATIO IN PEJUS*, PELO QUE PODE A AUTORIDADE HIERARQUICAMENTE SUPERIOR APLICAR PENA MAIS GRAVOSA DO QUE A IMPOSTA PELO INFERIOR (ROMS 29/RJ; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (1989/0009260-0) – rel.

²⁹ O Juiz Antonio Saldanha Palheiro (Corregedoria Geral da Justiça/RJ) elaborou manual de instrução para a área de controle e disciplina, contendo modelos que foram distribuídos pelos NURCs e são de grande utilidade para a atividade correicional.

Min. Américo Luz – *DJ* 21.11.1994, p. 31.742 - j. 26.10.1994 – 2ª Turma).

- ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ANULAÇÃO *EX OFFICIO*. POSSIBILIDADE. *BIS IN IDEM*. INOCORRÊNCIA. AUTORIDADE. IMPEDIMENTO. I – Conforme previsão contida no art. 174 da Lei 8.112/90, não há impedimento à anulação *ex officio* do processo disciplinar, mormente havendo fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada. Precedente: MS 6.787/DF, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, *DJU* 28.08.2000. II – Não há que se falar em nulidade por *bis in idem* se, para aplicar a pena de demissão, houve prévia anulação do primeiro procedimento disciplinar, o qual resultará na imposição de advertência ao servidor. Precedente do Colendo STF: MS 23.146/MS, rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, *RTJ* 171/147. III – Inexistência de nulidade na punição sofrida pelo impetrante – demissão – pelo fato de ter sido imposta por autoridade no exercício interino do cargo de Ministro de Estado, e que já havia atuado no processo disciplinar anteriormente, determinando a sua instauração. Segurança denegada (MS 7056/DF; MANDADO DE SEGURANÇA (2000/0060739-8) rel. Min. Felix Fischer – *DJ* 11.12.2000, p. 169 – j. 22.11.2000 – 3ª Seção).

- RHC – *HABEAS CORPUS* COMO RECURSO ORDINÁRIO – ADMISSIBILIDADE – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – INOBSERVÂNCIA DE FORMALIDADES LEGAIS – CERCEAMENTO DE DEFESA. – ADMITE-SE A INTERPOSIÇÃO DE *HABEAS CORPUS* COMO SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, *EX VI* DO ART. 105, II, A, DA CF/88. – CONCEDE-SE ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARA O FIM DE OBSTAR APLICAÇÃO DE PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA, CONSUBSTANCIADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE INOBSERVOU AS FORMALIDADES LEGAIS PERTINENTES, CERCEANDO O

DIREITO DE DEFESA DO PACIENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (RHC 6529/RS; RECURSO ORDINARIO EM *HABEAS CORPUS* (1997/0039898-6) – rel. Min. Cid Flaquer Scartezini – *DJ* 01.09.1997, p. 40.854 – j. 23.06.1997 – 5ª Turma).

- Administrativo. Mandado de segurança. Serventuário de justiça. Sindicância administrativa. Pena de suspensão. Ampla defesa. Observância. Pena sugerida pela portaria de enquadramento. Condenação genérica. Inexistência. A sindicância administrativa é meio sumário de investigação das irregularidades funcionais cometidas, desprovida de procedimento formal e do contraditório, dispensando a defesa do indiciado, a descrição pormenorizada dos fatos apurados e a publicação do procedimento. Em sede de processo administrativo, pode a autoridade administrativa, na aplicação da pena disciplinar, conferir ao fato descrito na Portaria de definição jurídica diversa. Na hipótese, tendo sido aplicada a pena de suspensão do serviço por 60 dias a serventuário judicial com base em sindicância administrativa, na qual se constatou a prática de irregularidades funcionais, sendo-lhe então assegurado o amplo direito de defesa, não procede a alegação de nulidade por condenação genérica. Recurso ordinário desprovido (ROMS 8990/RS; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (1997/0067868-7) – rel. Min. Vicente Leal – *DJ* 01.08.2000 – j. 27.06.2000 – 6ª Turma).

- MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA. FALTA PREVISTA EM LEI PENAL COMO CRIME. PRESCRIÇÃO. LEI 10.261/68. ARTS. 109, III E 317 DO CÓDIGO PENAL. 1 – Se a falta cometida por serventuário da Justiça é também conceituada como crime, prescreverá juntamente com este. Precedentes. 2 – Recurso improvido (ROMS 11007/SP; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (1999/0062881-0) – rel. Min. Fernando Gonçalves – *DJ* 28.08.2000, p. 134 – j. 08.08.2000 – 6ª Turma).

• ADMINISTRATIVO – RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA – SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA – COMISSÁRIO DE MENORES – CONTRATAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO – COMPETÊNCIA DELEGADA DA AUTORIDADE COATORA PARA A PRÁTICA DO ATO - DISPENSA *AD NUTUM* – LEGALIDADE. 1 – A autoridade coatora (juiz diretor do foro) é competente para dispensar os servidores contratados temporariamente, porquanto agiu por determinação delegada da presidência do Tribunal de Justiça daquele Estado, ao promover a contratação e designação. 2 – Os ocupantes de cargos, empregos ou funções temporárias, em razão da instabilidade do vínculo, da precariedade da admissão e do lapso temporal a que se subordinaram desde o início, podem ser demitidos *ad nutum*, não se cogitando qualquer afronta ao devido processo legal, pertinentes somente aos servidores concursados. 3 – Precedente (RMS 9.649/MG). 4 – Recurso conhecido, porém, desprovido (ROMS 9646/MG; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (1998/0025444-7) – rel. Min. Jorge Scartezini – DJ 23.04.2001, p. 163 – j. 13.03.2001 – 5ª Turma).

• CONSTITUCIONAL – ADMINISTRATIVO – SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA – EFETIVAÇÃO DE SUBSTITUTO EM CARGO VAGO (EC 22/1982 – ART. 208 DA CF/1967). SERVENTUÁRIO INVESTIDO NA FUNÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO, ATRAVÉS DE PORTARIA BAIXADA PELO DESEMBARGADOR-CORREGEDOR DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, QUE JÁ CONTAVA MAIS DE CINCO ANOS DE INVESTIDURA, EM 31.12.1983. TAL SERVIDOR FAZ *JUS* A EFETIVAÇÃO PREVISTA NO ART. 208, INSERIDO NA CF/88. PELA EMENDA 22/82 (ROMS 888/DF; RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA (1991/0003964-0) – rel. Min. Humberto Gomes de Barros – DJ 02.06.1997, p. 23.760 – j. 03.03.1997 – 1ª Turma).

Bibliografia

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta*. 2. ed. São Paulo: RT, 1991.

CAETANO, Marcello. *Manual de Direito Administrativo*, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

CENEVIVA, Walter. *Lei dos notários e dos registradores comentada* (Lei n. 8.935, de 18-11-1994). São Paulo: Saraiva, 1996.

CRETELLA JÚNIOR, J. *Curso de direito administrativo*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

Legislação pertinente ao Estado do Rio de Janeiro

Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro. Editora Espaço Jurídico, 2000.

Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Editora Espaço Jurídico, 2001.

*Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do
Estado do Rio de Janeiro.* 9. ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1998.

Lei 2.085-A, de 05.09.1972.

Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis – RJ.
9. ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1995.